



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 00.735.886/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

A Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A - BCS, no exercício de 2024, ainda enfrenta o desafio do reestabelecimento de patamares de receita semelhantes a 2022, reflexo da descontinuação, em abril de 2023, do produto AP Premiado. A Corretora concentrou esforços na reestruturação do seu portfólio, buscando novos produtos e expandindo a oferta em segmentos estratégicos e de melhor rentabilidade. Apesar das dificuldades iniciais, a empresa demonstra resiliência, com sinais de recuperação e crescimento em novas áreas.

Destacamos o desempenho do seguro viagem, que se mostrou um produto com potencial relevante para equilibrar a receita e diversificar o portfólio. As vendas desse produto cresceram 17,9% em relação ao ano anterior, demonstrando a receptividade do mercado e o potencial para impulsionar o crescimento futuro da empresa.

Para o futuro, a BCS visa consolidar sua nova carteira de produtos, focando em segmentos com alto potencial de crescimento, como seguro viagem e seguros empresariais. A estratégia principal é o cross-selling, impulsionado por inteligência de dados, notadamente dentro do ecossistema de turismo. Ao antecipar as necessidades de clientes e fornecedores, a BCS busca oferecer produtos de forma integrada durante a jornada do cliente e ao longo dos contratos com parceiros, almejando benefícios e ganhos compartilhados. Além disso, a BCS manterá o foco na personalização de produtos e atendimento, expandindo o uso de tecnologia para otimizar a operação, aumentar a vantagem competitiva e fortalecer a sua presença no mercado.

A Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A. encerrou o exercício de 2024 com um desempenho que reflete os desafios enfrentados ao longo do ano. O faturamento obtido no período totalizou **R\$ 30,9 milhões**, valor **2,52%**

superior ao ano anterior e gerando receita operacional líquida de **R\$ 4,1 milhões**. Já os gastos operacionais, entre custos e despesas, somaram **R\$ 5,7 milhões**, inferiores em 11% quando comparado a 2023. Essa relação de receitas, custos e despesas, somando ainda o resultado financeiro, produziram o EBITDA negativo de **R\$ 1,35 milhão (-33% de margem EBITDA)**, uma eficiência operacional de 113% e uma margem líquida de **-26%**.

Como resultado líquido, a BCS atingiu o valor de **R\$ -1,7 milhão** em 2024.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2025

Cláudio Roberto Nogueira de Souza Filho
Diretor-Presidente
José Clímério Silva de Souza
Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$(1)	
	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO	4.514.291	5.855.473
CIRCULANTE	3.012.833	4.560.034
Caixa e equivalentes de caixa	2.708.332	4.168.840
Caixa e equivalentes de caixa	12.735	34.160
Aplicações de liquidez imediata (nota 04)	2.695.597	4.134.680
Direitos Realizáveis	304.501	391.194
Contas a receber	1.784	-
Adiantamentos a colaboradores	10.423	51.088
Adiantamentos a fornecedores	129.991	158.267
Impostos a compensar	162.303	181.839
NÃO CIRCULANTE	1.501.458	1.295.439
Realizável a longo prazo	1.451.944	1.257.988
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	1.451.944	1.257.988
Imobilizado (nota 05)	45.219	33.156
Intangível	4.295	4.295

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

	R\$(1)	
	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.514.291	5.855.473
CIRCULANTE	567.089	767.656
Fornecedores e prestadores de serviços	46.514	55.879
Obrigações trabalhistas (nota 06)	226.749	258.575
Impostos, taxas e contribuições a recolher (nota 07)	107.687	124.769
Participação nos lucros e resultados	186.139	328.433
NÃO CIRCULANTE	113.353	183.953
Partes relacionadas (nota 14)	80.353	183.953
Provisão para Contingência (nota 08)	33.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 09)	3.833.849	4.903.864
Capital social	4.200.000	4.200.000
Reserva de lucros	-	703.864
Prejuízo acumulado	(366.151)	-

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais diretrizes adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltam-se:

a) Apuração do resultado

(a1) Reconhecimento de receitas e custos da operação

As receitas de serviços são mensuradas de acordo com as taxas de corretagem contratadas considerando os produtos e seguradoras e são reconhecidas na competência da prestação de serviço, assim as receitas decorrentes de comissões por comercialização de seguros são reconhecidas quando da aceitação por parte da seguradora, momento em que os riscos e benefícios são transferidos a terceiros. As receitas não são reconhecidas quando houver uma incerteza significativa de sua realização.

(a2) Despesas

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de taxa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicáveis.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são contabilizados como receitas/despesas operacionais no resultado.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, em conformidade com o disposto na seção 17 do PME - Pequena e Média Empresa, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa 05.

e) Intangível

Refere-se a marcas e patentes e são avaliadas ao custo.

f) Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real anual foram calculados nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

g) Avaliação dos ativos e passivos

A Companhia efetua anualmente a avaliação dos seus ativos e passivos circulantes e não circulantes para efeito de valor presente, não tendo sido identificados valores relevantes para ajustes.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A Companhia realizou avaliação de *impairment* e não identificou valores para registro contábil.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, motivo pelo qual é necessário que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na seção 21 do PME - Pequena e Média Empresa, e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica:

i1) Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

i2) Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis de natureza fiscal, trabalhista e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como **prováveis**, para as quais são constituídas **provisões**; **possíveis**, divulgadas sem que sejam provisionadas; e **remotas**, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

j) Instrumentos financeiros

Conforme determina a Resolução nº 2016/NBCTG 48 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não resultou em ajustes significativos, tendo em vista que os valores contábeis se aproximam dos valores de mercado. Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	R\$(1)	
	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 10)	4.131.205	5.205.113
(-) CUSTOS (nota 11)	(1.556.531)	(2.238.124)
(=) LUCRO BRUTO	2.574.674	2.966.989
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.933.116)	(3.776.578)
Comerciais	-	(234.379)
Pessoal	(1.197.783)	(1.285.920)
Encargos sociais	(437.988)	(620.186)
Benefícios	(723.142)	(548.462)
Comunicação	(46.200)	(37.409)
Aluguéis	(45.761)	(30.244)
Serviços de terceiros	(256.805)	(223.605)
Gerais	(56.676)	(57.062)
Impostos, taxas e contribuições	(29.161)	(42.710)
Depreciações e amortizações	(4.940)	(9.971)
Provisões/reversões para contingências	(33.000)	-
Outras receitas operacionais	65.698	68.833
Outras despesas operacionais (nota 12)	(1.167.358)	(755.463)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(1.358.442)	(809.589)
Receitas financeiras	479.733	750.038
Despesas financeiras	(5.167)	(5.302)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	(883.876)	(64.853)
Contribuição social (nota 13)	-	(744)
Imposto de renda (nota 13)	-	(21.891)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO/RESULTADOS	(186.139)	(307.991)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.070.015)	(395.479)
QUANTIDADE DE AÇÕES	120.000	120.000
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO	(8,92)	(3,30)

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	R\$(1)	
	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(1.070.015)	(395.479)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	4.940	9.971
- Baixa de bens do imobilizado	6.237	36.699
- Constituição/Reversão de contingências	33.000	-
Lucro Ajustado	(1.025.838)	(348.809)
(Redução)/aumento dos ativos operacionais	(107.263)	1.095.898
Contas a receber	(1.784)	243.962
Impostos a recuperar	19.536	(13.951)
Outros ativos	(125.015)	865.887
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	(304.167)	(410.064)
Fornecedores	(7.505)	(9.366)
Outros passivos	(294.801)	(402.559)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.437.268)	337.025
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(23.240)	(49.636)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(23.240)	(49.636)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.460.508)	287.389
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	4.168.840	3.881.451
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	2.708.332	4.168.840

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$(1)						
DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.200.000	517.697	581.646	-	-	5.299.343
Prejuízo líquido do exercício				(395.479)		(395.479)
Destinações						
Absorção de prejuízo			(395.479)	395.479		-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.200.000	517.697	186.167	-	-	4.903.864
Prejuízo líquido do exercício				(1.070.015)		(1.070.015)
Destinações						
Absorção de prejuízo		(517.697)		517.697		-
Absorção de prejuízo			(186.167)	186.167		-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.200.000	-	-	(366.151)	-	3.833.849

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2024

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A., Companhia integrante do Grupo Bancorbrás, foi constituída em 03 de janeiro de 1984, com sede em Brasília (DF), tem como objetivo a administração, orientação, intermediação e corretagem de seguros de diversos ramos (elementares, saúde, vida), de planos de previdência e de saúde, de títulos de capitalização, de assistência em viagens e de outros serviços e negócios diversos.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências, depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2025.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

Não existem valores ajustados a valor presente (AVP), considerando que o prazo médio de recebimento é de até 30 (trinta) dias, não existindo outros ativos e passivos de longo prazo significativos.

k) Gestão de riscos

(k1) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras na contratação de seguros e redução de valores investidos.

(k2) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia adota e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas financeiras. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(k3) Risco de liquidez

Com a política de gerenciamento de risco e controle adotados, é mitigado o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado, do fluxo de caixa, do vencimento dos investimentos e das obrigações.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.

l) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas. Consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Tributo	Aliquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

NOTA 04. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Os recursos foram aplicados em Fundos de Investimento e CDB-Certificados de Depósitos Bancários, junto a diversas instituições financeiras, com rentabilidade de 10,47% no ano de 2024.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Ativo Circulante	2.695.597	4.134.680
Ativo Não Circulante	1.451.944	1.257.988
Total	4.147.541	5.392.668

NOTA 05. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	2024				2023	
	Depreciação/ amortização % a.a	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Imóveis em uso	3,5	354.926	344.605	10.321	10.818	
Móveis, utensílios e instalações	13	78.857	49.529	29.328	14.537	
Máquinas e equipamentos	11	19.293	17.641	1.652	2.355	
Equipamentos de comunicação	10	10.502	10.186	316	316	
Sistema processamento de dados	22	42.054	38.452	3.602	5.130	
TOTAIS		505.632	460.413	45.219	33.156	

NOTA 06. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Provisões de férias e encargos sociais	224.862	258.575
Associação Funcionários Bancorbrás	1.887	-
Total	226.749	258.575

NOTA 07. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

DESCRIÇÃO	2024	2023
Encargos sociais e previdenciários sobre folha		
INSS	40.984	45.051
FGTS	14.052	18.115
Total	55.036	63.166
Tributos a recolher		
PIS	5.649	6.097
Cofins	26.198	28.737
ISS	474	1.068
IRRF	20.187	25.612
PIS/Cofins/CSLL Retenção	143	89
Total	52.651	61.603
TOTAL DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	107.687	124.769

NOTA 08. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos. A Administração, com base em informações de sua Assessoria Jurídica, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, considerando experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda como segue:

a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis

Passivos Contingentes	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	33.000	-
Quantidade de ações	01	-

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (não provisionados)

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente. As ações movidas contra a Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A., no aspecto cível, resultam de pedidos de indenização com base em possíveis descumprimentos do Código de Defesa do Consumidor, e por demandas relacionadas a possíveis descumprimentos de cláusulas contratuais, referentes à manutenção de apólices de seguro. Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R\$ 100.264 em 31/12/2023, referente a 02 (duas) ações e R\$ 9.430 em 31/12/2024, referente a 01 (uma) ação.

NOTA 09. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.200.000 (quatro milhões e duzentos mil reais) representado por 120.000 (cento e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente à Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., da qual a Companhia é subsidiária integral.

NOTA 10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	2024	2023
Receita bruta de comissões	4.655.459	5.865.038
Cofins	(353.815)	(445.743)
PIS	(76.815)	(96.773)
ISS	(93.624)	(117.409)
Total de impostos	(524.254)	(659.925)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.131.205	5.205.113

NOTA 11. CUSTOS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Propaganda e publicidade/comissões	130.748	-
Pessoal	657.515	758.010
Encargos sociais	208.058	228.008
Benefícios	421.808	409.922
Honorários/benefícios diretoria	-	687.716
Aluguéis e arrendamentos	-	23.691
Serviços de terceiros	138.402	130.777
TOTAL	1.556.531	2.238.124

NOTA 12. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Viagens e estadas	1.856	12.764
Rateio de despesas	885.644	731.947
Indenizações contratuais	264.097	-
Doações	5.149	2.155
Contribuição para associação de funcionários	10.115	6.008
Alienação ou baixa de imobilizado	497	2.589
TOTAL	1.167.358	755.463

NOTA 13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	2024		2023	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Prejuízo líquido antes da contribuição social	(1.070.015)	-	(372.844)	-
Prejuízo líquido após a contribuição social	-	(1.070.015)	-	(373.588)
(+) Adições	55.979	55.979	388.829	594.937
Contribuição social	-	-	-	744
Provisões judiciais	33.000	33.000	-	-
Honorário suplementar	-	-	32.143	32.143
Participação nos lucros - Administradores	-	-	-	205.364
Outras adições	22.979	22.979	356.686	356.686
(-) Exclusões	4.183	4.183	4.175	4.175
Outras exclusões	4.183	4.183	4.175	4.175
(-) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	(1.018.219)	(1.018.219)	11.810	217.174
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-	-	(3.543)	(65.152)
(-) Base de cálculo da contribuição social e imposto de renda	(1.018.219)	(1.018.219)	8.267	152.022
TRIBUTOS DEVIDOS	-	-	744	21.891

NOTA 14. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Honorário da Diretoria	-	291.200
Honorário Suplementar da Diretoria	-	32.144
Anuênio	-	17.371
Encargos Sociais	-	139.080
Participação nos Lucros e Resultados	-	205.364
Gratificação de Retirada	-	303.905
TOTAL	-	989.064

b) Operações ativas e passivas da Companhia com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás referem-se ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos e transações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS	2024	2023
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	-	50.000
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	80.353	132.097
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	-	1.856
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	80.353	183.953
Operações com Rateios de Despesas		
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	885.644	731.947

NOTA 15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília (DF), 31 de dezembro de 2024.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO	JOSÉ CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA
Diretor-Presidente	Diretor-Executivo
EDIVANIRA VIEIRA DINIZ	
Contadora CRC 009.619/O-5 DF	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores da
BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS SA.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS SA.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS SA.**, em 31 de dezembro de 2024, o

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreenhem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 19 de março de 2025.
UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC DF 501/O-1
ANTONIO CESAR GANDARA
Contador CRC SP 166522/O-0 T-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos, no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 20 de março de 2025.

CONSELHO FISCAL:

CARLOS EDUARDO VIDIGAL
CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA
CIL FARNEY MACHADO DE OLIVEIRA
ELIMÁRIO ARAUJO SANTOS

